

SALDO POSITIVO

Em um primeiro momento, a reforma administrativa proposta pela nova gestão na prefeitura parece ser positiva. Com redução no número total de Cargos em Comissão criados e redução nos vencimentos dos CCs, o prefeito Valdir Heck inicia o ano cumprindo sua promessa de enxugar o quadro de servidores com vinculação política. Nestes casos, todas as ressalvas são necessárias, pois os

O que devemos fazer, acima de tudo, é fiscalizar com rigor a atuação dos servidores, sejam contratados ou de quadros efetivos.

gestores públicos estão suscetíveis a erros no futuro, mas é possível afirmar que as alterações contemplam um anseio popular por uma máquina

pública menos inchada.

A questão envolvendo os CCs gera sempre muita polêmica onde quer que seja, em todos os municípios, nos Estados e no governo federal. O fato de uma contratação ser motivada exclusivamente por questões políticas não parece o melhor critério de escolha, ainda mais pelo fato de que o dinheiro para os salários destes funcionários saem dos bolsos de todos nós cidadãos. Mas a verdade é que esse tipo de servidor é necessário em qualquer órgão público. No momento em que há um descontentamento crescente com o retorno

dos serviços à população a partir dos impostos pagos por todos, é preciso que haja efetivo para o funcionamento destes serviços. O que devemos fazer, acima de tudo, é fiscalizar com rigor a atuação dos servidores públicos, sejam contratados, de quadros efetivos e, principalmente, os políticos eleitos pela maioria da população.

A reforma na estrutura de pessoal na prefeitura tem suas falhas, obviamente, como foi bem frisado por vereadores de oposição durante a análise das propostas, na manhã de ontem. Há pontos discutíveis, como a ausência de critérios de escolaridade para cargos estratégicos em áreas públicas, algo que pode muito bem ser revisto pelos gestores municipais quando os cargos forem efetivamente ocupados. Além da existência de pessoas para o funcionamento dos serviços, é preciso que os que estejam em posições de chefia tenham qualificação para desempenhar a função. No momento em que a administração se utiliza do clichê 'fazer mais com menos', é essencial que os integrantes do poder público tenham conhecimento de suas áreas, para não ocasionar situações como a ineficiência de serviços, que acarreta no óbvio desperdício de dinheiro público.

Em 2017, vivemos mais do que nunca uma era de informação geral e irrestrita, principalmente no setor público. Em vez de uma crítica velada e baseada em ideologias e partidarismos, precisamos mais do que nunca cobrar transparência de nossos gestores.

PONTO DE VISTA

Vinícius Grasseli



Vice-presidente da Associação de Agricultores Familiares Agroflorestal (Afrago), fala sobre as mobilizações dos servidores do setor

Qual sua avaliação do ano de 2016?

Foi um ano de muitas batalhas e lutas. Tivemos alguns avanços como o início da negociação com o secretário, referente a algumas demandas novas, como a criação do quadro do fiscal agropecuário. Tivemos também alguns encaminhamentos a nível de governo, alguns projetos que atingem diretamente os servidores.

Como vocês estão acompanhando o pacote de medidas do governo Sartori?

Estamos acompanhando de perto, vendo como é que vai ser a votação das medidas. Acreditamos que no final do mês de janeiro se volte aos projetos da pauta, mas achamos que de certa forma, com a pressão feita pela associação, por todos os sindicatos, deve ter havido um recuo por parte dos deputados na votação.

Dentre essas medidas, como serão atingidos os fiscais agropecuários aqui no Estado?

Na realidade são diversas medidas, por exemplo, tem a medida que retira a questão do dia do pagamento que atualmente é feito no último dia do mês. Com a mudança, daria uma maior liberdade para o governo fazer o pagamento conforme os recursos de caixa. Isso dá uma certa insegurança na questão da organização financeira do servidor, porque todo mundo tem suas contas para quitar com data de vencimento já certa.

Vocês paralisaram e fizeram greves durante o ano passado?

Isso, no final do ano, desde o dia 16, fizemos uma mobilização, todos os fiscais realizaram greves. Atendemos a questão de manter 30% das atividades que é uma decisão que deve ser cumprida, mas a categoria está de certa forma bastante receosa com as medidas que estão sendo adotadas, então deu uma boa adesão dos fiscais agropecuários e dos técnicos agrícolas

ARTIGO

Sobre ambulâncias e presídios

Jefferson P. Piva
Conselheiro do Cremers

Cada grupo que compõe a sociedade tem sua lógica peculiar de agir. Não há nada de errado nisso, apenas demonstra que os valores das diversas atividades têm pesos diferentes e influem na nossa tomada de decisões. Políticos, por natureza, atuam tendo em mente a avaliação que a sociedade lhes dará em resposta às suas intervenções. Como são eleitos para mandatos com intervalos curtos, a sua lógica é oferecer respostas imediatas às demandas do cotidiano da sociedade. Entretanto, problemas conjunturais como segurança, saúde e educação não são resolvidos com medidas emergenciais e de curto prazo. Estes são assuntos de Estado e não do governo que está provisoriamente no poder.

Há anos, o Brasil vem assumindo um protagonismo assustador no tráfico e consumo de drogas. As medidas tomadas até agora foram superficiais, espasmódicas e ineficazes. Para dar uma resposta à barbárie que se instala no país, o governo anuncia que instalará mais presídios em todo território brasileiro. Isoladamente, é mais um ato demagógico, paliativo e descoordenado, sendo o foco principal obter aprovação da sociedade ao invés de atacar o problema em toda a sua complexidade.

No mesmo caminho encontram-se a saúde e a educação no Brasil. A desestruturação da saúde é facilmente detectável nas portas das emergências superlotadas, no fechamento de hospitais, na recrudescência de doenças típicas de países subdesenvolvidos, como tuberculose, sífilis, dengue, entre outras tantas. Também aqui, as soluções propostas para problemas estruturais têm sido demagógicas, imediatas e, previsivelmente ineficazes, tais como: trazer médicos cubanos, aumentar o número de escolas médicas, construção de UPAs e, agora, desembarcar mais de 60 ambulâncias em nosso Estado! Levar doentes de onde para onde? As respostas e a lógica dos últimos governantes para enfrentar a violência e os problemas de saúde que assolam o país de Norte a Sul soam como uma peça de ficção ou deboche.

Repito: saúde, educação e segurança são problemas de Estado, com perspectiva de longo prazo. Devem ser enfrentados por conhecedores do problema, tendo linhas mestras e metas progressivas a serem atingidas. Definitivamente, este não é o papel e tampouco o perfil de políticos e governantes de plantão. Se o Brasil não desenvolver programas consistentes e de longo prazo nestas áreas, além de presídios e ambulâncias, deveremos projetar a ampliação de cemitérios.

Artigos assinados são responsabilidade de seus autores. Para publicação, os artigos devem ser enviados com identificação do autor (nome completo, documento, endereço e fone) em fonte times, corpo 10, entrelinha 11, com até 30 linhas, para o e-mail redacao@jornaldamanhajui.com

Jornal da Manhã

GRÁFICA E EDITORA JORNALÍSTICA SENTINELA LTDA.
CNPJ: 87.657.854/0001-23

Fundado em 1º de Maio de 1973

Rua Albino Brendler, 122 Centro - 98700-000 IJUÍ/RS Cx. Postal 518 - (55)3331-0300

Diretor:
Edmundo H. Pochmann

Editora:
Jocelaine Simão
redacao@jornaldamanhajui.com

Jornal da Manhã: (55) 3331-0300
atendimento@jornaldamanhajui.com
Rádio JM: (55) 3331-0301
radio@jornaldamanhajui.com

Representantes Comerciais:
Grupo de Diários

www.jmijui.com.br

Impressão em Off-Set Rotativa
Cia de Arte
CNPJ 92.107.978/0001-75
Rua Albino Brendler, 146 - IJUÍ/RS
(55) 3331-0318 | 3331-0320
(após às 18h)

ciarte@jornaldamanhajui.com

ASSINATURAS E CIRCULAÇÃO:
(55) 3331-0315 | 3331-0316
3331-0321

Semestral: R\$ 200,00
Anual: R\$ 400,00
Correio: R\$ 400,00 (semestral);
R\$ 800,00 (anual)